

Raciocínio Dedutivo na Depressão (*)

ANA CRISTINA QUELHAS (**)
M. J. POWER (***)

INTRODUÇÃO

A corrente que mais marcou a Psicologia deste século foi o behaviorismo, que impôs a ideia discutível de que a Psicologia é uma ciência do comportamento. O behaviorismo impossibilitou, durante largos anos, a emergência de uma psicologia capaz de elaborar modelos que tornassem inteligíveis as condutas observadas.

É na segunda metade do século XX que é ultrapassado o âmbito restrito da descrição de condutas e de regularidades E-R. Não se trata já de uma psicologia do comportamento em sentido restrito mas de uma ciência centrada no sujeito psicológico e nos seus processos mentais, trata-se da orientação cognitivista em psicologia.

Esta revolução na Psicologia estendeu-se rapidamente a todas as áreas desta disciplina e, mais recentemente, a disciplinas fora da psicologia. Em Psicopatologia, a orientação cognitivista tem tomado como um dos quadros preferenciais o estudo da depressão. Mas como Power e Champion (1986) chamam à atenção, muitas das teorias cognitivas da depressão têm uma base conceptual inadequada porque assentam em más teorias da ciência cognitiva,

o que impede a constituição de uma boa teoria da depressão.

Em estudos anteriores sobre a lógica na cognição esquizofrénica (Quelhas, 1986, 1987, 1989) realçámos a importância da perspectiva que se possui sobre a cognição humana para uma adequada interpretação dos dados empíricos de sujeitos com perturbações psicológicas. Nomeadamente, a ideia antiga e duradoira, partilhada por filósofos e psicólogos, de que o ser humano faz deduções recorrendo a regras análogas às regras da lógica formal, atrasou várias décadas a possibilidade de uma abordagem realmente psicológica do raciocínio dedutivo.

Certamente que esta perspectiva, de que o ser humano funciona com uma lógica análoga à lógica aristotélica, influenciou autores importantes no domínio da cognição esquizofrénica (ex: Von Domarus, 1944; Arieti, 1975; Matte Blanco, 1976), levando-os a preconizar a existência, no pensamento dos sujeitos esquizofrénicos, de uma lógica alternativa à lógica aristotélica. Perspectiva idêntica pode ser encontrada em alguns autores (ex: Beck e col., 1979) que preconizam a existência de erros lógicos sistemáticos e característicos do pensamento do depressivo, o que tem também por detrás a suposição de que os não depressivos pensam de um modo racional e lógico.

Outra perspectiva que faz previsões sobre certas distorções no processamento dos sujeitos depressivos é a chamada «Teoria Reformulada

(*) Trabalho realizado a partir de uma comunicação apresentada no II Colóquio de Psicologia Clínica, ISPA, 1990.

(**) Assistente do ISPA.

(***) MRC Social and Community Psychiatry Unit and South East Thames Regional Health Authority.

do Desamparo Aprendido» (Abramsom e col., 1978). Centrada nas explicações causais, i.e., nos juízos que os sujeitos fazem acerca das causas de um evento, é preconizado, nos depressivos, dois modos distintos de atribuições causais consoante os eventos são positivos ou negativos. Assim, os sujeitos depressivos percebem os maus acontecimentos como sendo: incontroláveis, internos, estáveis e globais; enquanto que os bons acontecimentos são também vistos como incontroláveis mas, contrariamente aos anteriores, as causas são atribuídas a factores externos, instáveis e específicos.

Posteriormente, diversas experiências tem sido desenhadas no intuito de confrontar os juízos de contingência em sujeitos deprimidos e sujeitos não deprimidos (ex: Alloy & Abramsom, 1979, 1988), e os resultados obtidos surpreenderam bastante os investigadores porque os sujeitos deprimidos revelaram uma forte precisão nos julgamentos, contrastando com os enfiamentos produzidos pelos sujeitos não deprimidos, que no essencial foram caracterizados como «ilusão de controle».

Mais interessantes, neste âmbito, são as experiências realizadas por Vazquez (1987). Este autor chama a atenção para que os dados que mostram um maior realismo por parte dos sujeitos depressivos podem ser consequência do procedimento utilizado, nomeadamente podem ser devidos à inapropriação dos estímulos utilizados dado serem inespecíficos. Segundo Vazquez (1987), as idiosincrasias no processamento da informação em sujeitos deprimidos podem ou não serem reveladas dependendo do conteúdo do material utilizado. Assim, nas experiências que realizou, este autor controlou não só a valência das consequências apresentadas como também a referência utilizada (auto-referência, em que o sujeito gramatical da frase é o próprio versus referência a outros).

Os resultados obtidos por Vazquez (1987) levam-no a concluir que o realismo dos sujeitos depressivos tem fronteiras precisas que parecem localizarem-se no ponto de referência mais importante que os sujeitos têm para categorizar os acontecimentos: o *self*. O facto de nos referirmos mais em detalhe às experiências realizadas por este autor deve-se a alguns aspectos que são comuns à experiência por nós

desenhada em que também é dada especial importância aos aspectos que se prendem com o conteúdo do material utilizado (que no entanto é de natureza diferente), assim como a auto-referência é utilizada quer nas premissas que são fornecidas quer na conclusão válida que estas geram.

A nossa perspectiva, aquando do estudo da lógica na cognição esquizofrénica, teve como base a «Teoria dos Modelos Mentais» de Jonhson-Laird (1983; 1984), segundo a qual o ser humano não raciocina de um modo sintático, i.e., através de regras formais, mas de um modo semântico, i.e., através da construção e manipulação de modelos de frases. A nossa investigação mostrou não haver lugar para manter o conceito de uma lógica «paralógica» ou «paleológica» (Von Domarus, 1944; Arieti, 1975) no pensamento esquizofrénico, uma vez que este tipo de erros também se encontravam na população dita normal, bem como na depressão (Quelhas, 1986, 1988; 1989). Para além disso mostramos também que uma análise com base nos modelos mentais tinha maior potência explicativa do que uma análise com base em lógicas alternativas à lógica aristotélica.

No presente estudo, a nossa perspectiva é a de que a «Teoria dos Modelos Mentais» é uma adequada teoria cognitiva e que pode fornecer uma compreensão do modelo mental do depressivo. Power e Champion (1986) realçam vários aspectos úteis dos modelos mentais para as teorias da depressão, como seja o facto de os modelos poderem ser encaixados recursivamente de modo a produzirem modelos de modelos, o que permite uma organização dos modelos onde as relações subordinadas/ /superordenadas dependem da tarefa e do contexto (na perspectiva de Beck há uma organização hierárquica rígida — crenças primárias e crenças secundárias). Outro aspecto importante reside na focalização da utilidade dos modelos mentais mais do que na sua verdade ou rigor. Quer dizer que os modelos que o sujeito constrói de si e do mundo podem ser incompletos e/ou imprecisos, mas são normalmente úteis dessa forma. Ora está aqui implícita a rejeição da ideia de que as pessoas tem uma lógica mental inerente — não é a validade que preside à construção dos modelos mas antes a sua utilidade.

Como referem Power e Champion (1986), a controvérsia entre a ideia de que os depressivos têm mais predisposição para os erros lógicos do pensamento e a ideia de que os depressivos são mais rigorosos que os controles normais, parece surgir da falsa pressuposição de que o raciocínio dedutivo é baseado nas regras da lógica formal. De acordo com os modelos mentais pode-se preconizar que o rigor dos depressivos ou dos normais depende das circunstâncias. Aceite a ideia de que o depressivo tem um auto-modelo negativo, e baseando-nos também em investigações que mostram a influência das crenças dos sujeitos nos processos de raciocínio (ex: Evans, Barston & Pollard, 1983; Oakhill & Johnson-Laird, 1985; Oakhill & Johnson-Laird, 1989), a nossa hipótese geral é de que os depressivos devem ser mais precisos que os controles para informação negativa, enquanto que os normais devem mostrar maior precisão face à informação positiva.

AMOSTRA

A amostra foi seleccionada através dos *scores* obtidos na avaliação clínica, e será recolhida em populações de estudantes universitários em Portugal e Inglaterra. De momento ainda só recolhemos os dados da amostra portuguesa que passamos a caracterizar:

Amostra total

182 estudantes universitários (80% do sexo feminino; 85% com idades compreendidas entre os 18 e 24 anos).

Amostra seleccionada

Grupo experimental — 22 estudantes moderadamente deprimidos (B.D.I. > 14, pretendíamos também que os *scores* no S.T.A.I. fossem < 35, mas não foi possível encontrar índices de depressão com baixos índices de ansiedade);

Grupo de controle — 20 estudantes «normais» (B.D.I. < 6 ; S.T.A.I. < 30) e 15 estudantes «ansiosos» (S.T.A.I. > 46 e B.D.I. < 10).

AVALIAÇÃO CLÍNICA

- Beck Depression Inventory (21 items)

- Spilberger State Trait Anxiety Inventory (forma Y-1)

AVALIAÇÃO EXPERIMENTAL

- 8 inferências transitivas na forma $A > B$, $B > C$, com auto-referência na conclusão, e usando o mesmo adjectivo na pergunta e nas premissas.
- 8 inferências transitivas na forma $A > B$, $B > C$, sem auto-referência na conclusão, e com o mesmo adjectivo na pergunta e nas premissas.
- 8 inferências transitivas na forma $C < B$, $B < A$, com auto-referência na conclusão e com diferente adjectivo na pergunta e nas premissas.

O material utilizado na avaliação experimental foram silogismos lineares, também frequentemente designados por problemas de séries de três termos. Escolhemos este tipo de problemas por serem, no âmbito do raciocínio dedutivo, uma das tarefas mais elementares. O nosso objectivo principal é observar a influência dos conteúdos utilizados, pelo que optámos por controlar possíveis influências que derivem da complexidade inerente ao tipo de problema utilizado.

O tipo de inferência que os silogismos lineares envolvem é designada por inferência transitiva, dado haver sempre uma qualquer escala ou dimensão onde os termos podem ser comparados e ordenados. Por exemplo:

João é mais alto que o Miguel
Miguel é mais alto que o Rui.

Neste exemplo os três termos (João, Miguel e Rui) podem ser designados por A, B e C, em que B é o termo médio, i.e., é o termo que se repete nas duas premissas (Miguel). A estrutura geral deste problema, que tem em conta a ordenação dos termos face à dimensão «altura» é: $A > B$, $B > C$.

Neste estudo, e à semelhança da maioria dos estudos com silogismos lineares, são apresentados aos sujeitos as duas premissas e uma pergunta que pode tomar duas das seguintes formas:

- 1) Quem é o mais alto?
- 2) Quem é o mais baixo?

Vemos que na pergunta tipo 1, o adjectivo que aparece nas premissas (alto) é o mesmo que aparece na pergunta, enquanto que na pergunta tipo 2 o adjectivo utilizado (baixo) é o oposto ao das premissas. Prevemos diferentes níveis de dificuldade na resolução destes problemas consoante o tipo de pergunta utilizado.

No entanto, esta questão do nível de dificuldade destes problemas não é pacífica, como o mostram os dados contraditórios obtidos em diversas experiências, desenhadas no intuito de prever diferentes níveis de dificuldade consoante a forma dos silogismos lineares. Mesmo Jonhson-Laird (1989), que em diversos domínios do raciocínio dedutivo (raciocínio com silogismos categóricos, proposicional, com múltiplos quantificadores e espacial), tem mostrado a superioridade do valor preditivo dos modelos mentais relativamente às regras formais, refere que os silogismos lineares são tão simples que as duas teorias parecem minar uma à outra nas suas predicções, o que torna impossível desenhar uma experiência pertinente para contrapor as duas teorias.

Evans (1982), numa extensa revisão sobre este assunto, conclui que o valor psicológico dos modelos propostos é limitado, e que a considerável controvérsia sobre a correcta interpretação dos vários resultados experimentais só mostra que os sujeitos são «processadores de informação flexíveis». No entanto, a maioria das abordagens teóricas assumem que no modelo geral de raciocínio linear há uma fase de compreensão que precede uma fase de raciocínio, e Evans (1982) diz haver razões para acreditar que os sujeitos, durante a fase de compreensão, combinam a informação contida nas premissas numa ordem linear.

É partindo desse pressuposto da ordenação linear da informação que prevemos uma maior dificuldade nos problemas em que a pergunta é feita na forma 2, porque sendo incongruente face à representação inicial provavelmente exigirá uma posterior reordenação em função da pergunta, o que implica um maior dispêndio de trabalho cognitivo — a sua resolução será mais demorada e mais passível de gerar erros.

HIPÓTESES OPERACIONAIS

1) *Conteúdo*

Nos silogismos de conteúdo emocional (positivo/negativo) prevemos um enviesamento positivo para os sujeitos não depressivos e um enviesamento negativo para os sujeitos «depressivos». Prevemos também, e para todos os grupos, um maior número de erros nos silogismos com conteúdo contraditório do que nos com conteúdo neutro.

2) *Nível de dificuldade*

Prevemos uma interacção entre o nível de dificuldade e os grupos de sujeitos. Prevemos um efeito geral da complexidade para todos os grupos e um maior impacto nos grupos de sujeitos ansiosos.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES

1) *Conteúdo*

Neste ponto, e quanto ao conteúdo, remetemos o leitor para a leitura do Quadro 1.

2) *Nível de dificuldade*

Forma $A > B, B > C$ com o mesmo adjectivo nas premissas e na pergunta versus forma $C < B, B < A$ com adjectivos opostos nas premissas e na pergunta.

VARIÁVEIS CONTROLADAS

- Mesma solução: o facto de todas as correctas soluções serem a resposta «Eu», o que poderia levar a criar uma tendência para responder de um modo automático em vez de responder através do raciocínio, levou-nos a criar alguns problemas distractores sem a auto-referência na conclusão, para evitar este efeito (forma $A > B, B > C$ sem «Eu» na conclusão).
- Ordem: a ordem pela qual aparecem os silogismos é aleatória e diferente para cada sujeito, de modo a evitar possíveis efeitos como por exemplo fadiga nos últimos

QUADRO 1

	A > B, B > C	C < B, B < A	A > B, B > C sem «Eu» na conclusão
NEUTRO	<i>left</i> / à esquerda <i>in front of</i> / à frente	<i>right</i> / à direita <i>behind</i> / atrás	<i>left</i> / à esquerda <i>in front of</i> / à frente
CONTRADITÓRIO	<i>older</i> / mais velho <i>longer</i> / maior	<i>younger</i> / mais novo <i>smaller</i> / mais pequeno	<i>older</i> / mais velho <i>longer</i> / maior
POSITIVO	<i>happy</i> / feliz <i>better</i> / melhor	<i>less happy</i> / menos feliz <i>less good</i> / menos bom	<i>happy</i> / feliz <i>better</i> / melhor
NEGATIVO	<i>unhappy</i> / infeliz <i>worse</i> / pior	<i>less unhappy</i> / menos infeliz <i>less bad</i> / menos mau	<i>unhappy</i> / infeliz <i>worse</i> / pior

QUADRO 2

Média obtida por cada grupo de sujeitos para os quatro tipos de conteúdos, nos silogismos na forma A > B, B > C com e sem «Eu» na conclusão

		NEUTRO	CONTRADITÓRIO	POSITIVO	NEGATIVO
GRUPO 1 «Normais»	N=20	1.78	1.83	1.95	1.83
GRUPO 2 «Ansiosos»	N=15	1.60	1.90	1.93	1.73
GRUPO 3 «Depressivos»	N=22	1.64	1.64	1.89	1.87

problemas ou alguma ansiedade nos primeiros problemas.

- Instruções: as instruções verbais e escritas foram cuidadosamente controladas de modo a serem iguais nos dois locais (Lisboa e Londres), pelo menos no nível formal, em ordem a evitar possíveis efeitos derivados do tipo de instrução.

PROCEDIMENTO

A apresentação e recolha do material é feita num contexto de sala de aula, com o professor e horário habitual. É fornecido a cada estudante um bloco que contém: 1 página (primeira) com as instruções; 24 páginas contendo cada uma um silogismo linear; o «Beck Depression

QUADRO 3

Médias obtidas pelos três grupos nos três tipos de silogismos

	A > B, B > C	A > B, B > C Sem «Eu» na conclusão	C < B, B < A
GRUPO 1 «Normais»	1.85	1.87	1.88
GRUPO 2 «Ansiosos»	1.89	1.82	1.45
GRUPO 3 «Depressivos»	1.82	1.77	1.64

Inventory» e o «Stay Trait Anxiety Inventory».

São dados 5 minutos para os sujeitos lerem a primeira folha (instruções) e de seguida são dados 20 segundos para responderem a cada silogismo. A marcação do tempo é feita pelo experimentador (professor) sob a instrução verbal para virarem para a página seguinte. No final dos 24 silogismos é dito aos sujeitos que podem dispor do tempo que quiserem para preencherem os questionários.

RESULTADOS

Em primeiro lugar queremos chamar a atenção para o facto da análise dos resultados ter sido em parte condicionada por um erro que cometemos na redacção do material, concretamente nos silogismos de conteúdo neutro na forma C < B, B < A. Este erro proporcionou uma interessante observação a que faremos referência nas conclusões.

Os resultados que passamos a apresentar são já centrados nas variáveis independentes (conteúdo e nível de dificuldade), e as análises feitas foram análises de variância.

Conforme se pode observar no Quadro 2, os três grupos apresentam melhores resultados nos problemas de conteúdo positivo e os piores resultados nos de conteúdo neutro. De facto,

os silogismos com conteúdo positivo geram melhores resultados do que as outras três condições (F 3.162=5.54, p < 0.001). Juntando os resultados dos não depressivos («Normais» + «Ansiosos»), verifica-se existir uma superioridade significativa nos silogismos com conteúdo positivo (F 1.33=7.96, p < 0.008), mas no grupo dos «Depressivos» não há nenhuma diferença significativa entre os silogismos de conteúdo positivo e negativo (F 1.21=0.14). Note-se que esta análise é feita confrontando apenas os conteúdos positivos versus os conteúdos negativos.

Os silogismos na forma C < B, B < A (onde é utilizada a pergunta com o adjectivo contrário ao das premissas) são mais difíceis do que na forma A > B, B > C (onde é utilizada a pergunta com o mesmo adjectivo que aparece nas premissas). F 2.108=8.42, p < 0.001 (ver Quadro 3).

CONCLUSÕES

Relativamente às hipóteses colocadas podemos concluir que são ambas parcialmente confirmadas. Face à hipótese 1 confirma-se o enviezamento positivo para os sujeitos não depressivos («Normais» + «Ansiosos»). No entanto, já não se confirma o previsto enviezamento negativo para os sujeitos

«Depressivos», dado neste grupo não haver diferenças significativas para as respostas dadas aos silogismos de conteúdo positivo versus negativo. Pensamos que tal facto se deve ao tipo de sujeitos que aqui denominamos por «Depressivos», que são na realidade estudantes mediamente disfóricos. Cremos que a previsão do enviesamento negativo tem fortes probabilidades de ser confirmada em amostras de sujeitos com depressões severas.

Na primeira hipótese prevemos ainda, e para todos os grupos, melhores resultados nos problemas de conteúdo contraditório do que nos de conteúdo neutro. Tal facto não se verificou, antes pelo contrário, é nos silogismos de conteúdo neutro que todos os grupos cometem um maior número de erros. Note-se porém que chamamos conteúdo neutro por contraposição aos outros problemas com conteúdo emocional ou com conteúdo contraditório, i.e., com conteúdos que são contrários aos conhecimentos gerais que os sujeitos têm do mundo (ex.: O meu pai é mais velho do que o meu avô). Mas na realidade, os problemas que denominámos de neutros tem um conteúdo espacial (ex.: Eu estou à esquerda da Maria).

O tipo de problemas que utilizamos com conteúdo espacial são, no âmbito do raciocínio espacial, os de forma mais simples dado descreverem apenas uma dimensão (à esquerda de ou à frente de), e requerem apenas um modelo mental para chegar à conclusão válida (Johnson-Laird, 1989). Assim, ainda que os sujeitos se esqueçam ou não concebam a necessidade de procurar contra-exemplos, i.e., de procurar modelos alternativos de representação do estado de coisas descrito nas premissas, tal facto não tem importância dado a conclusão válida derivar da construção de um único modelo mental. Os problemas que requerem mais do que um modelo não produzem nenhuma conclusão válida.

Põe-se aqui o problema de explicar como é que problemas tão simples são geradores do maior número de erros por parte de todos os grupos. Pensamos que este efeito pode em parte ser devido ao facto dos grupos em estudo serem constituídos essencialmente por sujeitos do sexo feminino. Esta interpretação é baseada em referências da investigação em educação, onde

os dados empíricos revelam que os sujeitos do sexo feminino têm piores resultados em tarefas espaciais do que verbais e o inverso acontece nos sujeitos do sexo masculino.

Relativamente à hipótese 2, que prevê uma interacção entre o nível de dificuldade dos problemas e os grupos de sujeitos, podemos também dizer que foi parcialmente confirmada. A complexidade dos problemas parece não afectar os sujeitos «Normais», o que pode ser explicado pelo facto da complexidade a que nos referimos ser relativa, quer dizer, quer os problemas mais complexos quer os mais simples são todos do mesmo tipo — silogismos lineares — que, como já referimos, são os problemas mais simples no âmbito do raciocínio dedutivo.

O impacto da complexidade já é significativo nos sujeitos «Ansiosos», i.e., este grupo de sujeitos apresenta um maior número de erros nos problemas mais complexos e uma diferença significativa face ao número de erros que apresenta nos problemas menos complexos. Estes resultados são consonantes com a lei de Yerkes-Dodson que afirma haver um nível óptimo de ansiedade para a performance em diversas tarefas. Sujeitos com níveis altos de ansiedade mostram um decréscimo das performances que se acentua ainda mais quando aumenta a complexidade das tarefas. Investigações mais recentes sugerem que parte deste efeito deriva do facto destes sujeitos dispenderem parte do tempo com pensamentos não relacionados com a tarefa.

Nos sujeitos «Depressivos» o impacto da complexidade é apenas quase significativo ($p=0.06$). Dado alguns destes sujeitos também terem níveis altos de ansiedade (revelados pelos resultados obtidos no S.T.A.I.), torna-se difícil fazer interpretações que não caiam no domínio da especulação.

Na recolha de dados que iremos fazer com amostras de estudantes universitários ingleses, iremos introduzir uma mudança no procedimento que consiste em reduzir o tempo de resolução de cada silogismo de 20 segundos para 10 segundos. Esperamos com esta alteração introduzir um aumento de dificuldade para a resolução da tarefa que permita realçar mais a complexidade da mesma para todos os grupos. Faremos também uma análise qualitativa do tipo de erros.

UMA OBSERVAÇÃO OCASIONAL

Queremos finalmente fazer referência a uma interessante observação ocasional que deriva de um erro no material fornecido aos sujeitos. Trata-se de dois dos silogismos (de conteúdo neutro e na forma $C < B$, $B < A$), que continham um erro na denominação do sujeito A (no lugar de «eu» aparece «Maria», que também aparece, mas adquadamente, como sujeito C). Este erro torna os problemas absurdos; veja-se o exemplo:

Maria está à direita do João
João está à direita da Maria
Quem está mais à esquerda?

Note-se que este facto não invalida as conclusões anteriores, nem o estudo no seu conjunto, pois excluimos estes problemas da análise dos resultados.

A interessante observação que este erro nos proporcionou reside no facto de uma grande percentagem dos sujeitos darem resposta a estes problemas absurdos como se o não fossem. Isto levou-nos a pensar que, de acordo com estudos feitos sobre problemas absurdos (cf: Schubauer-Leoni, 1988; Béatrice Are, 1988; Neto & Martins, 1990) estariam aqui implicadas regulações metacognitivas que influenciaram a resolução do problema. Dado os problemas terem sido colocados pelo professor, supomos que crenças do tipo «o professor não coloca problemas absurdos» estiveram na base das respostas fornecidas. Esta ideia é reforçada em posterior conversa com os alunos acerca destes problemas em que a argumentação dominante por eles fornecida era na base de tornar o problema não absurdo. O argumento mais usado era o de que se poderia estar a fazer referência a duas Marias diferentes. O argumento mais elaborado foi o de que esta situação era possível se os sujeitos estivessem virados para direcções opostas pelo que a posição indicada em cada uma das premissas derivava da posição do observador.

Posteriormente, e partindo da hipótese de que o contexto e o tipo de interacção que decorre enquanto o sujeito raciocina são variáveis importantes neste domínio, dois alunos colocaram os mesmos problemas a pessoas conhecidas, também estudantes universitários, e fora do contexto académico. Os resultados

mostraram haver uma diferença significativa entre os dois grupos: o grupo que resolveu os problemas fora do contexto académico e mediante um tipo diferente de interacção mostrou uma maior tendência para responder que os problemas eram impossíveis.

Este facto vem reforçar a nossa perspectiva actual, que já tivemos oportunidade de referir noutra altura (Quelhas, 1990), que é a de que um modelo estritamente cognitivo, ou um modelo estritamente social, isoladamente, não podem dar resposta às questões levantadas pela inferência dedutiva (o que provavelmente é verdade para todos os aspectos do pensamento ...). A abordagem mais completa destes problemas deverá ser feita no campo da «cognição social» (Gilly, 1989; Codol, 1989; Leyens & Yzerbit, 1989), entendida não como simples contexto social de exercício do pensamento, ou como *objecto da cognição*, mas como actividade cognitiva do sujeito em interacção real ou potencial. A vertente social não é portanto vista como variável extrínseca ou parâmetro adicional, o sujeito psicológico é sempre de natureza relacional, e portanto colocado numa situação ternária e não binária (Gilly, 1989).

COMENTÁRIOS FINAIS

Para terminar queríamos tornar a realçar a nossa distanciação face às teorias e práticas mais conhecidas no âmbito das terapias cognitivas. Como referimos no início, pensamos que a perspectiva cognitiva da depressão necessita de ser enriquecida com uma adequada base conceptual no plano da ciência cognitiva. Somos assim levados a regeitar vários pressupostos existentes, que já referimos em parte no início, bem como a regeitar um dos principais pressupostos que está por detrás da terapia cognitiva que é a proposta de que as cognições causam as emoções. Beck e col. (1979) introduzem com esta proposta uma inversão da perspectiva baseada nos modelos médicos que pressupõem que as crenças e pensamentos negativos é que são consequência das perturbações emocionais, mas por outro lado permanecem no mesmo registo porque fornecem, do mesmo modo, um modelo de

causa-efeito que é no mínimo simplista face à complexidade interactiva entre emoções e cognições (Power, 1989).

Queremos com isto chamar a atenção para que é importante ter uma adequada perspectiva da cognição em geral para melhor compreender e interpretar a cognição em sujeitos com perturbações psicológicas, e também para o facto de que esta questão não se situa somente ao nível da psicopatologia cognitiva, porque os corolários irracionais que forem constituídos por esta irão também ser o suporte teórico de técnicas usadas na terapia cognitiva.

Como referem Power e Champion (1986), o ensino do «pensamento lógico», que parte do corolário irracional de que pensar logicamente é pensar positivamente, ou o treino no sentido de levar o paciente a fazer atribuições negativas externas em vez de internas, pode levar o sujeito a alimentar modelos menos rigorosos. Esta ideia é ilustrada com um caso em que um paciente ao culpar-se a si próprio pela perda de uma relação significativa está a fazer um juízo rigoroso. Nesse caso, levá-lo a pensar positivamente e a culpar a outra pessoa pode ajudar a perpetuar uma sequência de maus relacionamentos. Portanto, a habilidade do terapeuta reside na sua capacidade para trabalhar dentro do próprio modelo do paciente, e não em negar a realidade do paciente para o ensinar a funcionar no registo de um qualquer modelo *standart*.

Inúmeros outros exemplos poderiam ser acrescentados, mas pegaremos apenas noutro fornecido por Beck e col.(1979). Trata-se de um paciente que diz não ter nenhum auto-controle porque infringiu a sua dieta não resistindo a um bolo que lhe foi oferecido. A abordagem modelo que os autores fornecem consiste em fazer o paciente confrontar quantas vezes, desde que iniciou a dieta, resistiu a comer algo e quantas vezes não resistiu. Dado o paciente dizer ter não resistido só daquela vez, ele é assim levado a concluir que não é completamente fraco.

Quanto a nós, este enfoque nos erros lógicos em termos de proporção de infracção à regra é fazer o jogo do paciente, porque o auto-controle em última instância não tem nada a ver com isso, porque a dieta até pode implicar restrições sádicas e processos de identificação

ao agressor, podendo nesse caso ser um aspecto positivo infringir essas restrições. Claro que se deve analisar bem os custos e benefícios de fazer dieta versus comer bolos, no caso daquele paciente, mas o que queremos chamar a atenção é para a importância da compreensão dos processos mentais efectivos do paciente bem como o seu significado na relação que opera com o terapeuta, e, uma relação que é mediatizada pela percentagem com que se come bolos é, quanto a nós, uma relação cortada às tiras.

Pensamos assim que a terapia cognitiva necessita de ser enriquecida com uma focalização nos aspectos inter-pessoais da relação terapêutica, i.e., necessita focar-se mais na aliança terapêutica, na transferência e na contra-transferência; bem como necessita ultrapassar o registo limitado e limitante da abordagem do «aqui e agora» (Power, 1989).

Em suma, começámos por nos demarcar face ao behaviorismo e acabamos por nos demarcar face ao que se pode chamar de neo-behaviorismo, que ocupa por enquanto um lugar importante nas ditas terapias cognitivas.

«As três áreas: ciência cognitiva, terapia cognitiva e psicanálise, devem escolher cooperar entre si em vez de se destruírem na competição.» (Power & Champion, 1986).

BIBLIOGRAFIA

- Abramson, L.Y., Seligman, M.E.P. & Teasdale, J. (1987). Learned helplessness in humans: Critique and reformulation. *Journal of Abnormal Psychology*, 87: 49-74.
- Alloy, L.B. & Abramson, L.Y. (1979). Judgment of Contingency in Depressed and Nondepressed Students: Sadder but Wiser? *Journal of Experimental Psychology: General*, 108(4): 441-485.
- Alloy, L.B. & Abramson, L.Y. (1989). Depressive Realism: Four Theoretical Perspectives. In *Cognitive Processes in Depression* (L.B. Alloy, Ed.), New York: Guilford Press.
- Are, B. (1988). *Significations sociales contextuelles et resolution de problème: influence sur l'elaboration et la gestion de stratégies comportementales et cognitives*. Mémoire de D.E.A., Université de Provence.

- Arieti, S. (1975). *Interpretation of Schizophrenia*. New York: Basic Books.
- Beck, A.T., Rush, A.J., Shaw, B.S. & Emery, G. (1979). *Cognitive Therapy of Depression: A Treatment Manual*. New York: Guilford.
- Byrne, M.J. & Johnson-Laird, P.N. (1989). Spatial Reasoning. *Journal of Memory and Language*, 28.
- Codol, J.P. (1989). Vint ans de cognition social. *Bulletin de Psychologie*, XLII(390): 472-491.
- Evans, J.St.B.T. (1982). *The Psychology of Deductive Reasoning*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Evans, J.St.B.T., Barston, J.L. & Pollard, P. (1983). On the conflict between logic and belief in syllogistic reasoning. *Memory & Cognition*, 11(3): 295-306.
- Gilly, M. (1989). Commentaires. *Bulletin de Psychologie*, XLII(390): 494-497.
- Gilly, M. (1989). *Social Psychology of Cognitive Constructions: European Perspectives*. Comunicação a E.A.R.L.I. Congress, Madrid.
- Johnson-Laird, P.N. (1983). *Mental Models*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Johnson-Laird, P.N. & Bara, B. (1984). Syllogistic inference. *Cognition*, 16.
- Leyens, J.P. & Yzerbit, V. (1989). La cognition social: d'où vient-elle et où pourrait-elle aller? *Bulletin de Psychologie*, XLII(390): 498-501.
- Matte Blanco, I. (1975). *The unconscious as infinit sets, an essay in bi-logic*. London: Duckworth.
- Neto, F.C. & Martins, M.A. (1990). A influência dos factores sociais contextuais na resolução de problemas. *Análise Psicológica*, VIII(3): 265-274.
- Oakhill, J.V. & Johnson-Laird, P.N. (1985). Rationality, memory and the search for counter-examples. *Cognition*, 20: 79-94.
- Oakhill, J.V. & Johnson-Laird, P.N. (1985). The effects of Belief on the Spontaneous Production of Syllogistic Conclusions. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 37: 553-569.
- Oakhill, J., Johnson-Laird, P.N. & Garnham, A. (1989). Believability and Syllogistic Reasoning. *Cognition*, 31: 117-140.
- Power, M.J. & Champion, L.A. (1986). Cognitive Approaches to Depression: A Theoretical Critique. *British Journal of Clinical Psychology*, 25: 201-212.
- Power, M.J. (1989). *Cognitive Therapy: An Outline of Theory, Practice and Problems*. *British Journal of Psychotherapy*, 5(4): 544-556.
- Quelhas, C. (1986). *Estruturas Lógicas na Cognição Esquizofrénica: a Inferência Silogística*. Monografia de fim de curso, Lisboa: I.S.P.A..
- Quelhas, C. (1987). Mental Models and Inference Errors in Paranoid Schizophrenic Patients. *Acta Psiquiátrica Portuguesa*, 33(3): 99-104.
- Quelhas, C. (1988). Lógica na Cognição Esquizofrénica. *Análise Psicológica*, VI(2), 225-234.
- Quelhas, A.C. (1990). Lógica, Psicologia e Psicopatologia. *Análise Psicológica*, VIII(3): 289-294.
- Schubauer-Leoni, M.L. (1988). L'interaction expérimentateur-sujet à propos d'un savoir mathématique: la situation de teste revisitée. In *Interagir et connaître. Enjeux et régulations sociales dans le développement cognitif* (A.N. Perret-Clermont & M. Nicolet, Eds.), pp. 251-265, Genève: DelVal.
- Vázquez, C. (1987). Judgement of Contingency: Cognitive Biases in Depressed and Nondepressed Subjects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52(2): 419-431.

RESUMO

É descrito um estudo desenhado pelos autores no intuito de investigar o raciocínio na depressão. A tarefa de raciocínio utilizada consiste em silogismos lineares que incorporam informação com valência emocional relevante para o *self*, quer nas premissas quer na conclusão. A tarefa foi dada a amostras de estudantes que foram avaliados nos seus níveis de ansiedade e depressão.

ABSTRACT

A studie is described which investigates reasoning in depression. A linear syllogism reasoning task was utilized which incorporated emotionally valent information relevant to the self in both the premisses and the conclusion. The task was given to samples of students who were also assessed for their levels of anxiety and depression.